



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DA ESCOLA DE GOVERNO
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E
FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA - EDITAL Nº 009/2022
ANALISTA AMBIENTAL - DIREITO

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

RG DO CANDIDATO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

VERSÃO
A

INSTRUÇÕES GERAIS

- I. Nesta prova, você encontrará **20 (vinte) páginas** numeradas sequencialmente, contendo **80 (oitenta) questões** objetivas correspondentes às seguintes disciplinas: **Língua Portuguesa 09 (nove) questões, Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Política e Econômica do Estado de Goiás e do Brasil 02 (duas) questões, Raciocínio Lógico 04 (quatro) questões, Administração Pública 05 (cinco) questões, Legislação 40 (quarenta) questões, Conhecimentos Específicos 20 (vinte) questões e 01 (uma) questão Discursiva.**
- II. Verifique se seu nome e número de inscrição estão corretos na Folha de Respostas. Se houver erro, notifique o fiscal.
- III. Verifique se o Caderno de Questões se refere ao cargo/função para o qual você se inscreveu. Caso o cargo/função esteja divergente, solicite ao fiscal de sala para que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- IV. Assine e preencha a Folha de Respostas nos locais indicados, com caneta azul ou preta.
- V. Verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique o fiscal.
- VI. Marque a Folha de Respostas cobrindo fortemente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo na própria Folha de Respostas.
- VII. O sistema de leitura e processamento das Folhas de Respostas não registrará a resposta em que houver falta de nitidez na marcação e/ou marcação de mais de uma alternativa.
- VIII. A Folha de Respostas não pode ser dobrada, amassada, rasurada ou manchada. Exceto sua assinatura, nada deve ser escrito ou registrado fora dos locais destinados às respostas.
- IX. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal a Folha de Respostas e este Caderno. As observações ou marcações registradas neste caderno não serão levadas em consideração.
- X. **Você dispõe de 05 (cinco) horas para fazer esta prova. Reserve os 20 (vinte) minutos finais para marcar a Folha de Respostas.**
- XI. O candidato só poderá retirar-se do setor de prova **2 (duas) horas após seu início** mediante a entrega obrigatória da sua Folha de Respostas e do seu Caderno de Questões devidamente preenchidos e assinados ao fiscal de sala.
- XII. O candidato **poderá levar seu Caderno de Questões somente após transcorrido o tempo de 3h45m (três horas e quarenta e cinco minutos) horas do seu início.** Em hipótese alguma o candidato poderá levar o Caderno de Questões antes do horário permitido.
- XIII. É terminantemente proibido o uso de telefone celular, e demais aparelhos eletrônicos.

Boa Prova!



GABARITO DO CANDIDATO - RASCUNHO



NOME:

ASSINATURA DO CANDIDATO:

INSCRIÇÃO:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80

RASCUNHO

LÍNGUA PORTUGUESA

Diversifique os seus investimentos

Quer diversificar os seus investimentos? Quer investir aqui no Brasil em um produto muito popular no exterior? As “notas estruturadas” são muito populares nos Estados Unidos e na Europa, mas não desanime, você não precisará abrir uma conta internacional para investir. Nós temos a nossa própria versão dessas “notas estruturadas”, são os “Certificados de Operações Estruturadas” ou COEs, como são conhecidos no mercado financeiro nacional.

Eles mesclam aplicações e características da renda fixa e da renda variável em um só produto. Apesar de seu funcionamento ser semelhante a um fundo de investimentos tradicional, há diferenças significativas: um valor mínimo a ser aplicado, um indexador definido, uma data de vencimento e, principalmente, apresenta ao investidor uma série de cenários diferentes de ganhos e perdas.

Uma das características mais marcantes dos COEs é a sua flexibilidade, tendo em vista que eles podem adotar estratégias bastante variadas, a rentabilidade irá depender principalmente do tipo de aplicação e da quantidade de ativos em cada produto.

O COE mais popular no nosso mercado é o de “Valor Nominal Protegido”, esse tipo garante que o investidor receba, no mínimo, o valor principal investido, ou seja, a quantia aplicada inicialmente. Importa destacar que antes de investir, verifique o prazo de contratação, o indexador e as possibilidades de rendimentos, caso seja necessário, contrate uma consultoria especializada. Esperamos ter-lhe auxiliado a diversificar os seus investimentos e conhecer melhor o COE.

(Texto baseado em: <https://www.infomoney.com.br/guias/coe/> acesso em 12/dez/2022. Texto desenvolvido especificamente para este concurso).

1) Tendo como foco a compreensão e a interpretação do texto, identifique, dentre as alternativas a seguir, a que não está em concordância com as informações relatadas no texto.

- As “notas estruturadas” são muito populares tanto nos Estados Unidos quanto na Europa.
- As “notas estruturadas” não são oferecidas no Brasil, mas nós temos um produto similar: os COEs.
- Os “Certificados de Operações Estruturadas” são conhecidos no mercado financeiro nacional como COEs.
- Os COEs apresentam apenas as características de um produto de renda variável, assim sendo, você colocará em risco o valor principal investido.
- Os COEs unem as características da renda fixa e da renda variável em um único produto.

2) Sobre as ideias apresentadas pelo autor, identifique, dentre as afirmativas fornecidas, a única alternativa que está em concordância com as ideias apresentadas no texto.

- O autor afirma que o funcionamento de um COE é idêntico a um fundo de investimentos tradicional, assim sendo, não há diferenças relevantes.
- O autor afirma que não há um valor mínimo a ser aplicado, não há um indexador definido e nem uma data de vencimento.
- O autor afirma que um COE apresenta ao investidor vários cenários distintos de ganhos e perdas.
- O autor afirma que os investidores ficam apreensivos ao investir em um COE de “Valor Nominal Protegido”, pois temem perder o valor aplicado inicialmente.
- O autor afirma que um COE apresenta ao investidor apenas cenários de ganhos e taxas pré-fixadas inferiores as da poupança.

3) Retorne ao texto, considere a estrutura apresentada e, mais especificamente, o pronome em destaque: “ELES mesclam aplicações e características da renda fixa e da renda variável em um só produto”. Agora faça a análise das classes de palavras a partir das afirmativas a seguir.

- O pronome em destaque é um pronome pessoal do caso oblíquo, refere-se à terceira pessoa do plural e está substituindo o objeto direto: renda fixa.
- O pronome em destaque é um pronome pessoal do caso reto, refere-se à terceira pessoa do plural e está substituindo o sujeito: COEs.
- O pronome em destaque é um pronome pessoal do caso oblíquo, refere-se à terceira pessoa do singular e está substituindo o objeto indireto: renda variável.

Assinale a alternativa correta.

- Apenas a afirmativa I está correta.
- Apenas a afirmativa II está correta.
- Apenas a afirmativa III está correta.
- Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- As afirmativas I, II e III estão incorretas.

4) No tópico **significação de palavras, na área da semântica, pode-se analisar palavras em relação a: sinonímia, antonímia, paronímia e homonímia. Considere as afirmativas fornecidas para assinalar a alternativa em que esse tópico esteja explicado incorretamente.**

I. Investiu-se **cerca de** 100 mil reais em COE, muito se falou **acerca de** sua rentabilidade. A **paronímia se refere a** palavras que são escritas e pronunciadas de forma parecida, mas que apresentam significados diferentes. A paronímia está presente em **cerca de**, que é uma locução prepositiva, trazendo a ideia de imprecisão. **Acerca de** é uma locução prepositiva que significa: sobre, em referência a, em relação a.

II. O COE está **ao par** dos mais relevantes investimentos atuais. Todos os investidores estão **a par** disso. A antonímia indica a capacidade das palavras apresentarem significados semelhantes. É o caso de ao par e a par, sendo que **ao par** significa estar ciente de algo e **a par** significa igualdade ou equivalência entre dois elementos.

III. O COE é o **tipo** de investimento mais rentável, uma **espécie** de aplicação que resulta em amplos rendimentos. A sinonímia apresenta similaridade de significados ou sentidos entre as palavras. **Tipo** é sinônimo de **espécie** no contexto apresentado.

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas a afirmativa II está correta.
- c) Apenas a afirmativa III está correta.
- d) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- e) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.

5) **Considere as classificações com foco na acentuação e assinale a alternativa correta.**

- (I) A primeira palavra é oxítona.
- (II) A segunda palavra é paroxítona.
- (III) A terceira palavra é proparoxítona.
- (IV) A quarta palavra é um monossílabo tônico.

- a) (I) nós; (II) variável; (III) contratação; (IV) só.
- b) (I) precisará; (II) série; (III) mínimo; (IV) há.
- c) (I) nós; (II) variável; (III) você; (IV) só.
- d) (I) mas; (II) estratégia; (III) contratação; (IV) irá.
- e) (I) você; (II) mínimo; (III) estratégia; (IV) é.

6) **Analise o fragmento com vistas à análise sintática, especificamente, predicação: “Uma das características mais marcantes dos COEs é a sua flexibilidade (...)” e assinale a alternativa correta.**

- a) predicado verbal.
- b) predicado nominal.
- c) predicado verbo nominal.
- d) predicativo do objeto.
- e) predicativo do advérbio.

7) **Diante do item pontuação, considere as afirmativas e assinale a alternativa em que a vírgula siga o mesmo padrão da sentença em destaque:**

“As ‘notas estruturadas’ são muito populares nos Estados Unidos e na Europa, mas não desanime, você não precisará abrir uma conta internacional para investir.”

- I. Investimento rentáveis, só podem ser realizados no exterior.
 - II. Os investimentos, principalmente no Brasil, são abrangentes, mesmo porque há possibilidade deles em outros países.
 - III. Os investimentos no Brasil colônia eram inexistentes, mas isso mudou, hoje podemos investir dentro e fora do nosso país.
- a) Apenas a afirmativa I está correta.
 - b) Apenas a afirmativa II está correta.
 - c) Apenas a afirmativa III está correta.
 - d) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
 - e) As afirmativas I, II e III estão incorretas.

8) **Leia a definição:**

“Esta é uma qualidade considerada principal em uma redação oficial, pois, a partir dela, consegue-se transmitir um máximo de informações com um mínimo de palavras, ou seja, pode-se argumentar que essa qualidade é formada pela economia linguística” (Manual de Redação Oficial)

Assinale a alternativa correta que se refere à definição acima.

- a) Impessoalidade.
- b) Concisão.
- c) Uso do padrão culto de linguagem.
- d) Formalidade e padronização.
- e) Clareza.

9) **Em referência aos pronomes de tratamento, explique que fazem parte da segunda pessoa gramatical e concordam com a terceira pessoa gramatical. Assinale a alternativa em que o pronome de tratamento esteja indicado erroneamente.**

- a) Vossa Magnificência é usado para os representantes de hierarquia eclesiástica, empregada por força da tradição, em comunicações dirigidas a reitores de universidade. Corresponde ao vocativo: Magnífico Reitor.
- b) Vossa Excelência é usado para os representantes do Poder Executivo, a exemplo de Presidente da República, Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Advogado-Geral da União e o Chefe da Corregedoria-Geral da União.
- c) Vossa Excelência é usado para os representantes do Poder Executivo, a exemplo de Vice-Presidente da República; Ministros de Estado; Governadores e Vice-Governadores de Estado e do Distrito Federal.
- d) Vossa Eminência ou Vossa Eminência Reverendíssima, para representantes eclesiásticos na condição de Cardeais.
- e) Vossa Santidade é um dos pronomes de tratamento usado para se referir ao Papa.

**REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA,
GEOGRÁFICA, POLÍTICA E ECONÔMICA DO
ESTADO DE GOIÁS E DO BRASIL**

10) Da mesma forma que o ciclo de mineração em Goiás esteve vinculado ao ciclo minerador do Brasil, que o ciclo agropecuário em Goiás esteve ligado ao ciclo nacional e a regionalização nacional refletiu um processo que ocorria simultaneamente em território goiano, podemos afirmar que a inserção mundial do mercado nacional é refletida e reflete o cenário regional. Assim os aspectos socioeconômicos produtivos (ocupação do território, estrutura fundiária, recursos naturais, natureza e relações da produção), constituem variáveis que podem retardar, promover ou incentivar mudanças regionais e nacionais. A respeito da interligação entre o processo de desenvolvimento nacional e a realidade histórica regional de Goiás, assinale a alternativa correta.

- a) Os obstáculos antepostos ao desenvolvimento regional de Goiás estão ligados a interioridade da sua condição geográfica, a sua tradicional estrutura fundiária composta por latifúndios de pecuária extensiva e débil produção agrícola comercial e a uma pejorativa “desafeição” pelo trabalho por parte do homem goiano
- b) Apesar de guardar semelhanças temporais entre si, o processo de desenvolvimento goiano despreendeu-se qualitativamente do restante do país, principalmente no aspecto de inserção tecnológica dos meios de produção onde o Estado sempre despontou como pioneiro
- c) O processo de desenvolvimento de Goiás manteve estreita relação com o desenvolvimento do Rio de Janeiro em função da comunicabilidade que a ligação geográfica entre os dois estados proporciona, do fato da cidade fluminense ter sido capital do país até sua transferência para Goiás e do desejo poético de uma ligação do Estado com o mar
- d) No que tange aos ciclos de desenvolvimento, podemos afirmar que o ciclo da mineração em Goiás (séc. XVIII) possibilitou a pretos forros, mulatos e brancos pobres o amplo acesso às áreas de extração, o que acabou por definir o perfil humano dos ciclos vindouros
- e) Com decaimento da mineração, o governo colonial incentivou a atividade agropecuária, com a isenção de dízimos, suspensão de medidas que proibiam a navegação fluvial e revogação do alvará que não permitia a instalação de manufaturas na capitania

11) Desde meados do século XIX, o binômio pecuária extensiva e agricultura de subsistência foi o eixo central da atividade econômica de Goiás. A expansão dos trilhos ferroviários com a criação da Cia. Estrada de Ferro de Goiás, de Araguari/MG até Roncador/GO, foi o motor de uma transformação agrícola e urbanística.

Assinale a alternativa que não apresenta uma consequência desta transformação.

- a) Embora a agricultura de subsistência persistisse nas grandes fazendas de gado, a diversificação e o crescimento do mercado agrícola, devido a possibilidade de escoamento da produção, fizeram a produção de arroz saltar para a quarta maior produção nacional em 1920
- b) A produção de arroz, milho e feijão nas adjacências da nova ferrovia atingiu a metade da produção total do estado em 1920
- c) O crescimento urbano não se verificou na mesma proporção do crescimento econômico, mas a chegada da estrada de ferro fez surgir pequenos aglomerados no entorno de suas paradas. Este fenômeno, porém, não provocou impacto direto nem no modo de vida, nem na distribuição demográfica da população entre área urbana e rural
- d) A valorização das terras nas proximidades da ferrovia, como em Ipameri/GO, cresceu em média 500%, entre 1915 e 1921; as terras mais distantes, como em Anápolis/GO, também sofreram valorização, porém menores, da ordem de 200%
- e) O crescimento demográfico também foi impactado pela chegada da ferrovia; entre 1900 e 1920, a população de Goiás aumentou 100,5%, apesar da densidade demográfica ser de apenas 0,79 hab./km², enquanto São Paulo já apresentava um índice de 11,9 hab./km²

RACIOCÍNIO LÓGICO

12) De acordo com a definição de valor lógico dos conectivos lógicos é correto afirmar que:

- a) Se os valores lógicos de duas proposições forem falsos, então o valor lógico do condicional entre as proposições é falso
- b) Se os valores lógicos de duas proposições forem falsos, então o valor lógico do bicondicional entre as proposições é falso
- c) Se os valores lógicos de duas proposições forem falsos, então o valor lógico da conjunção entre as proposições é verdade
- d) Se os valores lógicos de duas proposições forem falsos, então o valor lógico da disjunção entre as proposições é verdade
- e) Se os valores lógicos de duas proposições forem falsos, então o valor lógico do condicional entre as proposições é verdade

13) Ao analisar os relatórios de 85 técnicos ambientais verificou-se que: 37 relatórios versavam sobre fiscalização, 28 versavam sobre licenciamento e 16 versavam sobre ambos (fiscalização e licenciamento). Nessas condições, o total de relatórios que não versavam nem sobre fiscalização e nem sobre licenciamento é igual a:

- a) 36
- b) 6
- c) 33
- d) 24
- e) 13

14) O total de conectivos da proposição composta “Se o técnico ambiental fez o relatório, então a empresa foi multada se, e somente se, houve provas contundentes e o órgão comprovou o resultado ou a empresa aceitou sem recorrer”.

- a) 3
- b) 4
- c) 5
- d) 6
- e) 7

15) Se o total de multas aplicadas por um órgão ambiental é o mesmo que o total de elementos da operação $A - B$, onde $A = \{1, 2, 3, 4, 5, 7, 8\}$ e $B = \{3, 5, 6, 7, 9\}$, então o total de multas aplicadas foi:

- a) 2
- b) 3
- c) 4
- d) 5
- e) 6

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

16) A República Federativa do Brasil tem três poderes, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. O poder Executivo tem o presidente da República como chefe de Estado e de governo. Sobre as funções básicas do presidente da República, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) Representar o país internacionalmente e manter relações e tratados com países estrangeiros
- b) Propor políticas públicas ao Congresso e implantá-las
- c) Dirigir a Administração Pública Federal e garantir o cumprimento das leis
- d) Poder de propor leis ao Congresso entre elas o Orçamento anual
- e) Poder de julgar as leis do país

17) O Legislativo elabora as leis do país, estado ou município. No âmbito federal exerce seu poder pelo Congresso. O Congresso é bicameral integrado por _____ e _____. Nos estados o Legislativo é exercido por _____ e no município por _____.

Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.

- a) Câmara dos Deputados / Senado / Assembleias Legislativas / Câmara Municipal
- b) Deputado Estadual / Deputado Federal / Senador / Vereador
- c) Câmara dos Deputados / Vereador / Assembleias Legislativas / Senado
- d) Assembleias Legislativas / Senado / Câmara dos Deputados / Câmara Municipal
- e) Senado / Assembleia Legislativa / Câmara dos Deputados / Deputados

18) O Poder Judiciário é responsável pela resolução de conflitos e, para tanto, tem uma divisão hierárquica extensa. Nesta hierarquia o Juiz Eleitoral está na base da pirâmide e está subordinado diretamente ao departamento citado abaixo. Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) Tribunal Superior Eleitoral
- b) Tribunal Regional Eleitoral
- c) Conselho Nacional de Justiça
- d) Supremo Tribunal Federal
- e) Supremo Tribunal de Justiça

19) O Ministério Público tem uma função essencial na justiça. Ele é o responsável pela defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais. O Ministério Público da União compreende os ministérios citados abaixo. Diante do exposto, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) Ministério Público Federal
- b) Ministério Público do Trabalho
- c) Ministério Público Constitucional
- d) Ministério Público Militar
- e) Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

20) Dentre os princípios da Administração Pública está a impessoalidade, que deve orientar a conduta do agente público para o interesse público em detrimento a interesses particulares. Isso garante que quem estiver em situação idêntica terá o mesmo tratamento ou seja, _____.

Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

- a) autonomia
- b) anomia
- c) bonomia
- d) isonomia
- e) taxinomia

LEGISLAÇÃO

21) Acerca da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81), assinale a alternativa que apresenta corretamente a definição legal de meio ambiente.

- a) A degradação das árvores resultante de atividades que direta ou indiretamente prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população
- b) O conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas
- c) A alteração adversa das características da floresta
- d) A pessoa de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental
- e) A atmosfera, as águas exteriores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar extraterritorial, o solo, o subsolo e a flora

22) Com relação à Política Nacional do Meio Ambiente, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () O Conselho de Governo é o órgão central da estrutura do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).
- () O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) é o órgão consultivo e deliberativo da estrutura do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).
- () Os Órgãos Locais no SISNAMA são os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas e projetos.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - V - V
- b) V - F - V
- c) F - F - V
- d) V - V - F
- e) F - V - F

23) Com relação às disposições legais da Lei nº 6.938/1981 (que institui a Política Nacional do Meio Ambiente), analise as afirmativas abaixo:

- I. A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental dependerão de prévio licenciamento ambiental.
- II. Compete ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) propor ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) normas e padrões para implantação, acompanhamento e fiscalização do licenciamento previsto no item anterior, além das que forem oriundas do próprio CONAMA.
- III. A servidão ambiental poderá ser onerosa ou gratuita, temporária ou perpétua. Se temporária, o prazo mínimo é de 20 (vinte) anos.

Assinale a alternativa correta.

- a) As afirmativas I, II e III estão corretas
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
- d) Apenas as afirmativas I e III estão corretas
- e) Apenas a afirmativa I está correta

24) No que se refere aos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) previstos na Lei nº 6.938/1981, assinale a alternativa que apresenta incorretamente um instrumento da PNMA.

- a) Zoneamento ambiental
- b) Licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras
- c) Incentivos à produção e instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental
- d) Cadastro Nacional de Informações Sociais
- e) Sistema Nacional de Informações sobre o meio ambiente

25) A Lei nº 12.651/2012, também conhecida como Código Florestal, estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos. De acordo com as disposições do Código Florestal, assinale a alternativa que apresenta incorretamente um de seus princípios.

- a) Fomento à pesquisa científica e tecnológica na busca da inovação para o uso sustentável do solo e da água, a recuperação e a preservação das florestas e demais formas de vegetação nativa
- b) Criação e mobilização de incentivos econômicos para fomentar a preservação e a recuperação da vegetação nativa e para promover o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis
- c) Responsabilidade exclusiva da União na criação de políticas para a preservação e restauração da vegetação nativa e de suas funções ecológicas e sociais nas áreas urbanas e rurais
- d) Ação governamental de proteção e uso sustentável de florestas, consagrando o compromisso do País com a compatibilização e harmonização entre o uso produtivo da terra e a preservação da água, do solo e da vegetação
- e) Afirmação do compromisso soberano do Brasil com a preservação das suas florestas e demais formas de vegetação nativa, bem como da biodiversidade, do solo, dos recursos hídricos e da integridade do sistema climático, para o bem-estar das gerações presentes e futuras

26) De acordo com a Lei nº 12.651/2012, também conhecida como Código Florestal, assinale a alternativa que apresenta corretamente o conceito de leito regular.

- a) Afloramento natural do lençol freático, mesmo que intermitente
- b) Calha por onde correm regularmente as águas do curso d'água durante o ano
- c) Afloramento natural do lençol freático que apresenta perenidade e dá início a um curso d'água
- d) Áreas de solos hipersalinos situadas nas regiões entremarés superiores, inundadas apenas pelas marés de sizígias, que apresentam salinidade superior a 150 (cento e cinquenta) partes por 1.000 (mil), desprovidas de vegetação vascular
- e) Área de várzea ou planície de inundação adjacente a cursos d'água que permite o escoamento da enchente

27) Com relação aos conceitos previstos no Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), assinale a alternativa que apresenta corretamente o conceito de Área de Preservação Permanente.

- a) Área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas
- b) Área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa
- c) Área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio
- d) Área com fitofisionomia de savana, encontrada em solos hidromórficos, usualmente com a palmeira arbórea *Mauritia flexuosa* - buriti emergente, sem formar dossel, em meio a agrupamentos de espécies arbustivo-herbáceas
- e) Área com ecossistema litorâneo que ocorre em terrenos baixos, sujeitos à ação das marés, formado por vasas lodosas recentes ou arenosas, às quais se associa, predominantemente, a vegetação natural conhecida como mangue, com influência fluviomarinha, típica de solos limosos de regiões estuarinas e com dispersão descontínua ao longo da costa brasileira, entre os Estados do Amapá e de Santa Catarina

28) A Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal) estabelece a delimitação das Áreas de Preservação Permanente (APP). Sobre o assunto, assinale a alternativa que apresente a faixa com largura mínima a ser delimitada nas áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais em zonas urbanas.

- a) 100 (cem) metros
- b) 50 (cinquenta) metros
- c) 40 (quarenta) metros
- d) 30 (trinta) metros
- e) 20 (vinte) metros

29) Acerca da delimitação da área de Reserva Legal e os percentuais mínimos em relação à área do imóvel, assinale a alternativa que apresente o percentual de Reserva Legal de um imóvel que não está situado na Amazônia Legal.

- a) 80% (oitenta por cento)
- b) 20% (vinte por cento)
- c) 35% (trinta e cinco por cento)
- d) 30% (trinta por cento)
- e) 25% (vinte e cinco por cento)

30) Leia abaixo o artigo 29 da Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal).

Art. 29. É criado o _____, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - SINIMA, registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis _____, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, _____ ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

(BRASIL, Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em 08 jan.2023)

Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.

- Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS / nacionais / gerenciamento
- Cadastro Ambiental Rural – CAR / nacionais / gerenciamento
- Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS / rurais / planejamento
- Cadastro Ambiental Rural – CAR / rurais / planejamento
- Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS / urbanos / desenvolvimento

31) A Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006 dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. De acordo com a mencionada lei, assinale a alternativa que apresenta a definição legal de prática preservacionista.

- Prática que prevê a interrupção de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais do solo por até 10 (dez) anos para possibilitar a recuperação de sua fertilidade
- Atividade técnica e cientificamente fundamentada que vise à recuperação da diversidade biológica em áreas de vegetação nativa, por meio da reintrodução de espécies nativas
- Exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, excluindo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável
- Atividades de manejo agroflorestal sustentável praticadas na pequena propriedade ou posse rural familiar que descaracterizem a cobertura vegetal, mas não prejudiquem a função ambiental da área
- Atividade técnica e cientificamente fundamentada, imprescindível à proteção da integridade da vegetação nativa, tal como controle de fogo, erosão, espécies exóticas e invasoras

32) Acerca do regime jurídico geral do Bioma Mata Atlântica, previsto na Lei nº 11.428/2006, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- O corte, a supressão e a exploração da vegetação do Bioma Mata Atlântica far-se-ão de maneira diferenciada, conforme se trate de vegetação primária ou secundária, nesta última levando-se em conta o estágio de regeneração.
- A exploração eventual, sem propósito comercial direto ou indireto, de espécies da flora nativa, para consumo nas propriedades ou posses das populações tradicionais ou de pequenos produtores rurais, independe de autorização dos órgãos competentes, conforme regulamento.
- O poder público fomentará o enriquecimento ecológico da vegetação do Bioma Mata Atlântica, bem como o plantio e o reflorestamento com espécies nativas, em especial as iniciativas voluntárias de proprietários rurais.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- V - V - V
- V - F - V
- F - F - V
- V - V - F
- F - V - F

33) De acordo com a Lei nº 11.428/2006, assinale a alternativa que apresenta incorretamente um dos princípios do regime jurídico do Bioma Mata Atlântica.

- Equidade intergeracional
- Transparência das informações e atos
- Prevalência do pequeno produtor urbano
- Gestão democrática
- Função socioambiental da propriedade

34) Acerca do disposto na Lei Estadual nº 18.104/2013, conhecida como Código Florestal de Goiás, analise as afirmativas a seguir.

- Todas as formas de vegetação nativa existentes no território do Estado de Goiás constituem bens de interesse coletivo, observado o direito de propriedade, com as limitações que a legislação em geral e, especialmente, a Lei nº 18.104/2013 estabelecem.
- As obrigações ambientais têm natureza pessoal e são transmitidas ao sucessor no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel rural.
- As atividades de segurança nacional e proteção sanitária são consideradas de utilidade pública.

Assinale a alternativa correta.

- As afirmativas I, II e III estão corretas
- Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- Apenas as afirmativas II e III estão corretas
- Apenas as afirmativas I e III estão corretas
- Apenas a afirmativa I está correta

35) Com relação ao disposto no Código Florestal de Goiás (Lei Estadual nº 18.104/2013), assinale a alternativa que apresenta incorretamente um dos objetivos previstos no mencionado diploma legal.

- a) Recuperar e conservar as formações vegetais
- b) Conservar e proteger o meio ambiente, garantir o seu uso racional e estimular a recuperação dos recursos ambientais
- c) Organizar e elaborar programas para incentivar o desenvolvimento de projetos de pesquisas florestais com espécies nativas, mas não as exóticas
- d) Assegurar, disciplinar e controlar a exploração, a utilização e o consumo de produtos e subprodutos florestais de origem nativa
- e) Mitigar e disciplinar a exploração e utilização da cobertura vegetal nativa

36) De acordo com as disposições da Lei Estadual de Goiás nº 18.104, de 18 de julho de 2013, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () Qualquer exploração da vegetação nativa e suas formações sucessoras dependerão sempre da aprovação prévia do órgão de meio ambiente competente, bem como da adoção de técnicas de condução, exploração e reposição florestal, mediante aprovação prévia de Plano de Manejo Florestal Sustentável.
- () A exploração de florestas nativas primárias ou em estágio médio ou avançado de regeneração, suscetíveis de corte ou de utilização para fins de carvoejamento, aproveitamento industrial, comercial ou qualquer outra finalidade, somente poderá ser feita mediante aprovação prévia do Plano de Manejo Florestal Sustentável pelo órgão estadual ambiental competente.
- () Ficam dispensados o licenciamento ambiental a autorização, o registro, bem como o documento de origem florestal para o corte, o transporte, a movimentação, a comercialização ou o armazenamento de produtos e subprodutos florestais exóticos, bem como é desnecessária a apresentação da nota fiscal com a indicação das espécies exóticas.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - V - V
- b) V - F - V
- c) F - F - V
- d) V - V - F
- e) F - V - F

37) A Lei Estadual nº 20.694/2019 dispõe sobre normas gerais para o Licenciamento Ambiental do Estado de Goiás. De acordo com a mencionada lei, assinale a alternativa que apresente a definição de área de influência.

- a) Área cujas características originais da vegetação e do solo foram alteradas
- b) Área que sofre os impactos ambientais diretos e indiretos da construção, instalação, ampliação e operação de atividade ou empreendimento
- c) Área utilizada pelo empreendimento, incluindo aquela destinada à instalação da infraestrutura necessária para a sua implantação e operação ou aquela que teve sua função alterada para abrigar o empreendimento alvo do licenciamento ambiental
- d) Área com indivíduos arbóreos que se encontram dispersos no território, afastados de fragmentos ou remanescentes de vegetação nativa
- e) Área abandonada no máximo em um período de 5 (cinco) anos, cujo material lenhoso resultante do corte não ultrapasse 6m³ (seis metros cúbicos) por hectare

38) Acerca das normas gerais de Licenciamento Ambiental do Estado de Goiás previstas na Lei Estadual nº 20.694/2019, assinale a alternativa que apresenta a definição legal de licença prévia.

- a) Ato administrativo que regulariza atividade ou empreendimento, sem a licença ambiental, por meio da fixação de condicionantes que viabilizam sua continuidade em conformidade com as normas ambientais
- b) Ato administrativo que autoriza a operação de atividade ou empreendimento, aprova as ações de controle e monitoramento ambiental e estabelece condicionantes ambientais para operação e, quando necessário, para a sua desativação
- c) Ato administrativo que autoriza a instalação de atividade ou empreendimento, aprova os planos, programas e projetos de prevenção, mitigação ou compensação dos impactos ambientais negativos e de maximização dos impactos positivos e estabelece condicionantes ambientais
- d) Ato administrativo associado à fase de planejamento da atividade ou empreendimento que atesta a viabilidade ambiental de sua concepção e localização e estabelece requisitos e condicionantes ambientais
- e) Ato administrativo que autoriza a localização, instalação e a operação de atividade ou empreendimento, aprova as ações de controle e monitoramento ambiental e estabelece condicionantes ambientais para a sua instalação e operação e, quando necessário, para a sua desativação, em uma única etapa

39) Acerca das normas gerais sobre licenciamento ambiental do Estado de Goiás previstas na Lei Estadual nº 20.694/2019, analise as afirmativas a seguir.

- I. A construção, instalação, ampliação e funcionamento de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental dependerão de prévio licenciamento ambiental.
- II. O licenciamento ambiental será realizado em processo integrado à outorga de direito de uso de recursos hídricos, à autorização de supressão de vegetação, à autorização de coleta, captura e manejo de fauna, à anuência do órgão gestor da unidade de conservação e demais atos associados.
- III. O indeferimento de quaisquer dos atos autorizativos que integram o licenciamento implica, necessariamente, no indeferimento da licença ambiental.

Assinale a alternativa correta.

- a) As afirmativas I, II e III estão corretas
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
- d) Apenas as afirmativas I e III estão corretas
- e) Apenas a afirmativa I está correta

40) A Lei Estadual nº 20.694/2019, que dispõe sobre normas gerais para o Licenciamento Ambiental do Estado de Goiás, elenca as atividades ou empreendimentos que não estão sujeitos ao licenciamento ambiental. Sobre o assunto, assinale a alternativa que apresenta incorretamente uma atividade ou um empreendimento não sujeito a licenciamento ambiental.

- a) Serviços e obras direcionados à melhoria, modernização, manutenção e ampliação de capacidade em instalações preexistentes ou em faixas de domínio e de servidão de atividades ou empreendimentos lineares já licenciados com esta previsão, inclusive dragagens de manutenção
- b) Uso e manejo de fauna silvestre na categoria de criador amador de passeriformes, dispensada a obrigação de manter os devidos registros e cadastros junto ao órgão ambiental estadual
- c) Melhoria e manutenção de estradas já existentes, inclusive obras de drenagem de águas pluviais, desde que no mesmo traçado da estrada original
- d) Obras de pesquisa de caráter temporário sem interferências no meio ambiente que possam ocasionar impactos ambientais
- e) Execução de obras que não resultem em instalações permanentes bem como aquelas que possibilitem a melhoria ambiental

41) O Decreto Estadual nº 9.710/2020 dispõe sobre as normas gerais para o Licenciamento Ambiental no Estado de Goiás. De acordo com o mencionado decreto, assinale a alternativa correta acerca da renovação da licença ambiental.

- a) A renovação das Licenças Prévia e de Instalação independe da avaliação quanto à permanência ou não das condições que lhe deram origem
- b) A Licença Corretiva não poderá ser convertida em Licença de Instalação ou Operação
- c) A renovação da licença ambiental deverá ser requerida com a antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, e ele ficará automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva da autoridade licenciadora
- d) A renovação da Licença Ambiental por Adesão e Compromisso deverá ser requerida por meio de processo físico com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias antes do seu vencimento
- e) É desnecessária, em qualquer caso, a vistoria do órgão licenciador

42) De acordo com o Decreto Estadual nº 9.710/2020, as atividades e os empreendimentos classificados como capazes de produzir impacto ambiental mínimo serão objeto de registro eletrônico. Acerca do registro eletrônico, as disposições do mencionado decreto e suas alterações recentes, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () O registro eletrônico de caráter declaratório constitui-se em cadastro obrigatório da atividade e estabelecerá, sempre que se fizer necessário, instruções para o atendimento da legislação aplicável ao respectivo tipo de atividade ou empreendimento, inclusive quanto aos parâmetros ambientais a serem observados.
- () O prazo de validade do registro eletrônico será de, no mínimo, 5 (cinco) anos, a critério da autoridade ambiental.
- () O prazo de validade do registro eletrônico poderá ser reduzido a critério da autoridade ambiental em situações específicas para se compatibilizar com a natureza da atividade.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - V - V
- b) V - F - V
- c) F - F - V
- d) V - V - F
- e) F - V - F

43) No que se refere ao disposto na Lei Complementar nº 140/2011, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os empreendimentos e atividades são licenciados ou autorizados, ambientalmente, por um único ente federativo, em conformidade com as atribuições estabelecidas nos termos da lei.
- II. A supressão de vegetação decorrente de licenciamentos ambientais é autorizada por qualquer ente federativo, em exercício de competência concorrente.
- III. Os valores alusivos às taxas de licenciamento ambiental e outros serviços afins devem guardar relação de proporcionalidade com o custo e a complexidade do serviço prestado pelo ente federativo.

Assinale a alternativa correta.

- a) As afirmativas I, II e III estão corretas
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
- d) Apenas as afirmativas I e III estão corretas
- e) Apenas a afirmativa I está correta

44) De acordo com a Lei Complementar nº 140/2011 (LC 140), assinale a alternativa que apresenta corretamente a definição de atuação subsidiária.

- a) Ação exclusiva da União para o exercício das competências previstas em lei
- b) Ação conjunta dos entes da Federação para formulação de políticas públicas voltadas ao meio ambiente
- c) Ação do ente da Federação que se substitui ao ente federativo originariamente detentor das atribuições, nas hipóteses definidas em lei
- d) Ação do ente da Federação que visa a auxiliar no desempenho das atribuições decorrentes das competências comuns, quando solicitado pelo ente federativo originariamente detentor das atribuições definidas em lei
- e) Ação exclusiva do Estado para o exercício das competências previstas em lei

45) Acerca do disposto na Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, assinale a alternativa que apresenta incorretamente um instrumento de cooperação institucional.

- a) Comissão Tripartite Nacional, Comissões Tripartites Estaduais e Comissão Bipartite do Distrito Federal
- b) Fundos públicos e privados e outros instrumentos econômicos
- c) Delegação de atribuições de um ente federativo a outro, respeitados os requisitos previstos em lei
- d) Consórcios públicos, nos termos da legislação em vigor
- e) Convênios, acordos de cooperação técnica e outros instrumentos similares com órgãos e entidades do Poder Público, que em nenhuma hipótese poderão ser firmados por prazo indeterminado

46) No que se refere ao disposto na Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, assinale a alternativa que apresenta hipótese de atuação em caráter supletivo do Estado.

- a) Em caso de inexistência de órgão ambiental capacitado ou conselho de meio ambiente no Município, o Estado deve desempenhar as ações administrativas municipais até a sua criação
- b) Em caso de inexistência de órgão ambiental capacitado ou conselho de meio ambiente no Distrito Federal, o Estado limítrofe deve desempenhar as ações administrativas estaduais ou distritais até a sua criação
- c) Em caso de inexistência de órgão ambiental capacitado ou conselho de meio ambiente no Estado e no Município, o Estado limítrofe deve desempenhar as ações administrativas até a sua criação em um daqueles entes federativos
- d) Em caso de existência de órgão ambiental capacitado ou conselho de meio ambiente no Município, o Estado poderá desempenhar as ações administrativas municipais
- e) Em caso de inexistência do de órgão ambiental capacitado ou conselho de meio ambiente na União, o Estado deve desempenhar as ações administrativas estaduais ou distritais até a sua criação

47) A Lei nº 9.985/2000 institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Sobre o assunto, assinale a definição legal de unidade de conservação.

- a) Atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora
- b) Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção
- c) Variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas
- d) Conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais
- e) Manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral

48) De acordo com a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC), assinale a alternativa que apresente a definição legal de zona de amortecimento.

- a) Porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais
- b) Conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características
- c) O entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade
- d) Definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz
- e) Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade

49) As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. Sobre o assunto, assinale uma categoria que pertence ao grupo das Unidades de Proteção Integral.

- a) Reserva Particular do Patrimônio Natural
- b) Monumento Natural
- c) Floresta Nacional
- d) Reserva Extrativista
- e) Área de Relevante Interesse Ecológico

50) Com relação à Unidade de Conservação denominada Área de Proteção Ambiental, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () É uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.
- () É constituída por terras públicas ou privadas.
- () As condições para a realização de pesquisa científica e visitação pública nas áreas sob domínio público serão estabelecidas pelo proprietário.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - V - V
- b) V - F - V
- c) F - F - V
- d) V - V - F
- e) F - V - F

51) No que se refere ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e as disposições da Lei nº 9.985/2000, assinale a alternativa incorreta com relação à categoria Reserva de Fauna.

- a) É proibido o exercício da caça amadorística ou profissional
- b) A comercialização dos produtos e subprodutos resultantes das pesquisas obedecerá ao disposto nas leis sobre fauna e regulamentos
- c) A visitação pública é proibida
- d) É de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas de acordo com o que dispõe a lei
- e) É uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos

52) O Decreto nº 4.340/2002 regulamenta a Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza). No que se refere ao disposto no mencionado decreto acerca da criação de Unidade de Conservação, analise as afirmativas a seguir.

- I. A denominação de cada unidade de conservação deverá basear-se, preferencialmente, na sua característica natural mais significativa, ou na sua denominação mais antiga, dando-se prioridade, neste último caso, às designações indígenas ancestrais.
- II. Compete ao órgão executor proponente de nova unidade de conservação elaborar os estudos técnicos preliminares e realizar, quando for o caso, a consulta pública e os demais procedimentos administrativos necessários à criação da unidade.
- III. A consulta pública para a criação de unidade de conservação tem a finalidade de subsidiar a definição da localização, da dimensão e dos limites mais adequados para a unidade.

Assinale a alternativa correta.

- a) As afirmativas I, II e III estão corretas
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
- d) Apenas as afirmativas I e III estão corretas
- e) Apenas a afirmativa I está correta

53) Acerca da autorização para exploração de bens e serviços nas Unidades de Conservação, conforme dispõe o Decreto nº 4.340/2002, assinale a alternativa incorreta.

- a) É passível de autorização a exploração de produtos, sub-produtos ou serviços inerentes às unidades de conservação, de acordo com os objetivos de cada categoria de unidade
- b) No processo de autorização da exploração comercial de produtos, sub-produtos ou serviços de unidade de conservação, o órgão executor deve viabilizar a participação de pessoas físicas ou jurídicas, observando-se os limites estabelecidos pela legislação vigente sobre licitações públicas e demais normas em vigor
- c) A autorização para exploração comercial de produto, sub-produto ou serviço de unidade de conservação deve estar fundamentada em estudos de viabilidade econômica e investimentos elaborados pelo órgão executor, ouvido o conselho da unidade
- d) O uso de imagens de unidade de conservação com finalidade comercial será cobrado conforme estabelecido em ato administrativo pelo órgão executor
- e) Quando a finalidade do uso de imagem da unidade de conservação for preponderantemente científica, educativa ou cultural, o uso será cobrado pela entidade educacional respectiva

54) A Lei nº 9.605/1998 dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. De acordo com a mencionada lei, assinale a alternativa correta acerca da responsabilidade da pessoa jurídica.

- a) A responsabilidade das pessoas jurídicas exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato
- b) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade
- c) No caso de lesão ao meio ambiente, não é possível a desconsideração da personalidade jurídica, por falta de previsão legal
- d) Mesmo que a personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente, não é possível a desconsideração da personalidade jurídica se não houver comprovação de dano ao erário
- e) As pessoas jurídicas apenas podem ser responsabilizadas administrativamente, não sendo possível sua responsabilidade penal

55) A Lei nº 9.605/1998 prevê penas restritivas de direito aos infratores. Sobre o assunto, assinale a alternativa que apresenta incorretamente uma pena restritiva de direito prevista na supracitada lei.

- a) Suspensão parcial ou total de atividades
- b) Prestação pecuniária
- c) Recolhimento prisional
- d) Prestação de serviços à comunidade
- e) Interdição temporária de direitos

56) De acordo com o disposto na Lei nº 9.605/1998, analise as afirmativas a seguir e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () A sentença penal condenatória, sempre que possível, fixará o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido ou pelo meio ambiente.
- () A perícia de constatação do dano ambiental, sempre que possível, fixará o montante do prejuízo causado para efeitos de prestação de fiança e cálculo de multa.
- () A perícia produzida no inquérito civil ou no juízo cível não poderá ser aproveitada no processo penal, tendo em vista a independência das instâncias.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - V - V
- b) V - F - V
- c) F - F - V
- d) V - V - F
- e) F - V - F

57) O Decreto nº 6.514/2008 dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações. Acerca da sanção de advertência, assinale a alternativa correta.

- a) Consideram-se infrações administrativas de menor lesividade ao meio ambiente aquelas em que a multa consolidada não ultrapasse o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ou, na hipótese de multa por unidade de medida, não exceda o valor referido
- b) A sanção de advertência excluirá a aplicação de outras sanções
- c) Fica vedada a aplicação de nova sanção de advertência no período de sete anos contados do julgamento da defesa da última advertência ou de outra penalidade aplicada
- d) A sanção de advertência poderá ser aplicada, mediante a lavratura de auto de infração, para as infrações administrativas de menor lesividade ao meio ambiente, garantidos a ampla defesa e o contraditório
- e) A sanção de advertência terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado

58) De acordo com o disposto no Decreto nº 6.514/2008 sobre a pena de multa, analise as afirmativas a seguir.

- I. A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo.
- II. A multa diária deixará de ser aplicada a partir da data em que o autuado apresentar ao órgão ambiental documentos que comprovem a regularização da situação que deu causa à lavratura do auto de infração.
- III. O pagamento de multa por infração ambiental imposta pelos Estados, Municípios, Distrito Federal ou Territórios não substitui a aplicação de penalidade pecuniária pelo órgão federal em decorrência do mesmo fato.

Assinale a alternativa correta.

- a) As afirmativas I, II e III estão corretas
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
- d) Apenas as afirmativas I e III estão corretas
- e) Apenas a afirmativa I está correta

59) Acerca da outorga de direitos de uso de recursos hídricos prevista na Lei nº 9.433/1997, assinale a alternativa incorreta.

- a) O regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos tem como objetivos assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água
- b) Toda outorga estará condicionada às prioridades de uso estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos e deverá respeitar a classe em que o corpo de água estiver enquadrado e a manutenção de condições adequadas ao transporte aquaviário, quando for o caso
- c) A outorga de uso dos recursos hídricos deverá preservar o uso múltiplo destes
- d) A outorga efetivar-se-á por ato da autoridade competente do Poder Executivo Federal, dos Estados ou do Distrito Federal
- e) Toda outorga de direitos de uso de recursos hídricos far-se-á por prazo não excedente a quinze anos, não renovável

60) No que se refere ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, previsto na Lei nº 9.433/1997, assinale a alternativa que apresenta incorretamente um de seus órgãos integrantes.

- a) Agência Nacional de Águas
- b) Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal
- c) Comitês de Bacia Hidrográfica
- d) Comitê Regional de Recursos Hídricos
- e) Conselho Nacional de Recursos Hídricos

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

61) As fontes do direito administrativo constituem ou promovem o direito aplicável. Assinale a alternativa que apresenta apenas exemplos de fontes formais do Direito Administrativo.

- a) A Constituição Federal, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a doutrina
- b) Os costumes *secundum legem*, a doutrina e a Convenção Americana dos Direitos Humanos
- c) A jurisprudência do Tribunal de Contas da União, os princípios gerais de direito e as leis complementares
- d) A circular do Banco Central, o decreto legislativo e a resolução da Agência Nacional de Saúde Suplementar
- e) A súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, a sentença com efeito erga omnes proveniente de ação coletiva e os costumes *contra legem*

62) Os princípios da Administração Pública são as proposições fundamentais que condicionam toda sua estruturação subsequente. Sobre este assunto, assinale a alternativa correta.

- a) A assinalada bipolaridade do Direito Administrativo, composta pela autoridade do indivíduo e pela liberdade da Administração, decorrem dos princípios da legalidade e da impessoalidade, essenciais ao Direito Administrativo
- b) A Constituição Federal de 1988 inovou ao fazer expressa menção a alguns princípios a que se submete a Administração Pública Direta e Indireta, a saber, os princípios da legalidade, da impessoalidade, da motivação, da moralidade administrativa, da publicidade e da eficiência
- c) São muitos os princípios não contemplados expressamente no direito positivo, mas que também informam o Direito Administrativo, como o princípio da presunção de veracidade, que reveste as decisões executórias da Administração Pública de presunção absoluta, não admitindo prova contrária
- d) O princípio da tutela, decorrente do princípio da legalidade, é aquele que orienta o controle da Administração sobre seus próprios atos, permitindo anular os ilegais e revogar os inoportunos sem acionar o Poder Judiciário
- e) Na moderna doutrina de Direito Administrativo, mesmo os comportamentos ofensivos da moral comum implicam ofensa ao princípio da moralidade administrativa, ainda que em consonância com a lei

63) A respeito das formas de prestação da atividade administrativa e sua distribuição de competências, analise as afirmativas a seguir.

- I. A atividade administrativa centralizada é uma atividade eminentemente hierarquizada.
- II. A descentralização administrativa pressupõe a existência de, pelo menos, duas pessoas, com relação hierárquica entre elas.
- III. A desconcentração administrativa só ocorre na administração direta dos entes federativos, não cabendo na administração indireta.
- IV. A concentração administrativa é caracterizada pela ausência de hierarquia entre órgãos.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- b) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas
- c) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas
- d) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
- e) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas

64) A Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, regulamenta o direito constitucional de acesso à informação. A respeito desta lei, assinale a alternativa correta.

- a) As sociedades de economia mista não se subordinam à Lei de Acesso à informação
- b) Para os fins desta lei, considera-se primariedade a qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, ainda que modificada
- c) No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da sua ciência, que será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada
- d) Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, não será assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de cópia com ocultação da parte sob sigilo
- e) Aberta sindicância para apurar o desaparecimento de documentação, o responsável pela guarda da informação extraviada deverá, no prazo de 10 (dez) dias, justificar o fato e indicar testemunhas que comprovem sua alegação

65) A Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, denominada Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), dispõe sobre o tratamento de dados pessoais com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. A respeito dessa lei, analise as afirmativas a seguir e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () A supremacia do interesse público é um dos fundamentos que disciplina a proteção de dados pessoais.
- () A Lei Geral de Proteção de Dados se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos.
- () Para os fins da Lei Geral de Proteção de Dados, considera-se controlador a pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.
- () O juiz, no processo civil, poderá inverter o ônus da prova a favor do titular dos dados quando, a seu juízo, for verossímil a alegação, houver hipossuficiência para fins de produção de prova ou quando a produção de prova pelo titular resultar-lhe excessivamente onerosa.
- () Os agentes de tratamento só não serão responsabilizados quando provarem, entre outros, que não realizaram o tratamento de dados pessoais que lhes é atribuído.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - F - F - V - V
- b) F - F - V - F - V
- c) F - F - F - V - V
- d) V - F - V - F - V
- e) F - V - F - V - F

66) O Marco Civil da Internet, Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil. A respeito desta lei, assinale a alternativa incorreta.

- a) A disciplina do uso da internet no Brasil tem como fundamento o respeito à liberdade de expressão, bem como, entre outros, a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor
- b) A disciplina do uso da internet no Brasil tem como princípio, entre outros, a preservação e garantia da neutralidade de rede
- c) O provedor de conexão à internet não será responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros
- d) O provedor de aplicações de internet poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros ainda que ausente ordem judicial específica ou notificação para tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente
- e) As iniciativas públicas de fomento à cultura digital e de promoção da internet como ferramenta social devem, entre outros, fomentar a produção e circulação de conteúdo nacional

67) A respeito da formação, da suspensão e da extinção do processo, em conformidade com o Código de Processo Civil, analise as afirmativas a seguir e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () Extingue-se o processo por motivo de força maior.
- () Convenção das partes poderá suspender o processo por prazo de até um ano.
- () A extinção do processo dar-se-á por sentença.
- () Se o conhecimento do mérito depender de verificação da existência de fato delituoso, o juiz pode determinar a suspensão do processo até que se pronuncie a justiça criminal.
- () No caso de arguição de impedimento e de suspeição, durante a suspensão do processo, é vedado praticar qualquer ato processual, podendo o juiz, todavia, determinar a realização de atos urgentes a fim de evitar dano irreparável.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - F - F - F - V
- b) F - F - F - V - V
- c) F - V - V - F - F
- d) V - F - V - F - F
- e) F - F - V - V - F

68) Segundo as informações presentes no texto constitucional acerca dos remédios constitucionais, assinale a alternativa correta.

- a) São necessariamente gratuitas as ações de *habeas corpus* e de mandado de segurança
- b) A ação popular é medida cabível para anulação de ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, não sendo cabível contra atos lesivos à tutela difusa do consumidor ou que gerem a degradação do meio ambiente
- c) O mandado de injunção é um remédio constitucional à disposição daquele que se sinta prejudicado pela falta de norma regulamentadora, sem a qual resulte inviabilizado o exercício de seus direitos e liberdades constitucionais, além de algumas prerrogativas, dentre as quais aquelas inerentes à soberania
- d) A proteção constitucional do direito de locomoção é assegurada por meio de ação civil pública
- e) Qualquer pessoa é parte legítima para impetrar *habeas data* em favor de outrem, visando conhecer ou retificar informações constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público

69) Dispõe a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, algumas incumbências foram impostas pelo texto constitucional ao Poder Público. A respeito deste tema, analise as afirmativas a seguir e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () Incumbe ao Poder Público preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.
- () Incumbe ao Poder Público definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei complementar.
- () Incumbe ao Poder Público controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.
- () Incumbe ao Poder Público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.
- () Incumbe ao Poder Público manter regime fiscal favorecido para os biocombustíveis destinados ao consumo final, na forma de lei ordinária, a fim de assegurar-lhes tributação inferior à incidente sobre os combustíveis fósseis, capaz de garantir diferencial competitivo em relação a estes.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - F - V - V - V
- b) V - V - V - V - F
- c) V - F - V - F - V
- d) V - F - V - V - F
- e) F - V - F - V - F

70) Ao dispor acerca da ordem econômica e financeira e os princípios gerais da atividade econômica, a Constituição Federal de 1988 prestou especial atenção aos recursos minerais e hidráulicos. A respeito deste tema no texto constitucional, analise as afirmativas a seguir.

- I. As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.
- II. É assegurada a pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, mediante autorização ou concessão da União, por empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração fora do País.
- III. É assegurada participação ao proprietário do solo nos resultados da lavra, na forma e no valor que dispuser a lei.
- IV. A autorização de pesquisa poderá ser por prazo indeterminado, e as autorizações e concessões da União não poderão ser cedidas ou transferidas, total ou parcialmente, sem prévia anuência do poder concedente.
- V. Dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável, independentemente de sua capacidade.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas as afirmativas I e III estão corretas
- b) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas
- c) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas
- d) Apenas as afirmativas III e V estão corretas
- e) Apenas as afirmativas II e V estão corretas

71) A respeito do processo legislativo que compreende a elaboração de emendas à Constituição Federal, analise as afirmativas a seguir e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- () Proposta do Presidente da República não poderá emendar a Constituição Federal, visto tratar-se de competência exclusiva do Poder Legislativo.
- () A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- () A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
- () Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir o voto obrigatório.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - F - V - V - V
- b) F - F - V - F - F
- c) F - F - F - V - V
- d) V - V - V - F - V
- e) F - F - V - V - F

72) A respeito dos direitos e garantias fundamentais insculpidos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, analise as afirmativas a seguir.

- I. A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- II. É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no primeiro caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- III. Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigida prévia autorização da autoridade competente.
- IV. As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no último caso, o trânsito em julgado.
- V. A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- b) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas
- c) Apenas as afirmativas III e V estão corretas
- d) Apenas as afirmativas I e V estão corretas
- e) Apenas as afirmativas I e III estão corretas

73) A respeito da organização do estado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa correta.

- a) Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei ordinária
- b) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de referendo, e do Congresso Nacional, por lei complementar
- c) Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas acerca da classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão
- d) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios legislar sobre procedimentos em matéria processual
- e) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito penitenciário

74) O título do Código Civil de 2002 dedicado às pessoas naturais possui capítulo específico acerca da ausência. A respeito deste tema, analise as afirmativas a seguir e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () Os interessados poderão requerer que se declare a ausência e se abra definitivamente a sucessão quando decorrido um ano da arrecadação dos bens do ausente que não deixou procurador ou representante.
- () Pode-se requerer a sucessão definitiva provando-se que o ausente conta oitenta anos de idade, e que de cinco datam as últimas notícias dele.
- () Os interessados poderão requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão quando decorridos dois anos da arrecadação dos bens do ausente que deixou procurador ou representante.
- () Em falta de cônjuge, a curadoria dos bens do ausente incumbe aos pais ou aos descendentes, nesta ordem, não havendo impedimento que os iniba de exercer o cargo e, entre os descendentes, os mais próximos precedem os mais remotos.
- () Desaparecendo uma pessoa do seu domicílio sem dela haver notícia, se não houver deixado representante ou procurador a quem caiba administrar-lhe os bens, o Ministério Público poderá declarar sua ausência e lhe nomear curador.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - F - F - F - V
- b) F - F - V - F - V
- c) F - F - F - V - V
- d) F - V - F - V - F
- e) V - V - F - F - F

75) O Código Civil de 2002 contém livro dedicado apenas aos bens. A respeito deste dispositivo legal, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal não abrangem as pertenças, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso.
- II. São fungíveis os bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância.
- III. São benfeitorias voluptuárias as de mero deleite ou recreio, que não aumentam o uso habitual do bem, ainda que o tornem mais agradável ou sejam de elevado valor.
- IV. Os bens naturalmente divisíveis não podem tornar-se indivisíveis por vontade das partes.
- V. Quando uma pluralidade de bens singulares constituir universalidade de fato, estes bens não poderão ser objeto de relações jurídicas próprias.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- b) Apenas as afirmativas II e V estão corretas
- c) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas
- d) Apenas as afirmativas I e III estão corretas
- e) Apenas as afirmativas IV e V estão corretas

76) Acerca da obrigação de indenizar e da indenização em matéria de responsabilidade civil no Código Civil de 2002, assinale a alternativa correta.

- a) Havendo usurpação ou esbulho do alheio, dever-se-á reembolsar o seu equivalente ao prejudicado e, quando não exista a própria coisa, estimar-se-á ela pelo seu preço ordinário e pelo de afeição, contanto que aquele não se avante a este
- b) A indenização mede-se pela extensão do dano e, se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso, a sua indenização será fixada tendo-se em conta a gravidade de sua culpa em confronto com a do autor do dano
- c) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmitem com a herança
- d) A responsabilidade civil é independente da criminal, podendo-se questionar sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, ainda que estas questões se acharem decididas no juízo criminal
- e) Quando o causador do dano for descendente, absoluta ou relativamente incapaz, daquele que ressarcir o dano, poderá, no futuro, aquele que compensou reaver o que houver pago daquele por quem pagou

77) A respeito das disposições presentes no Código Civil de 2002 acerca da prescrição e da decadência, assinale a alternativa incorreta.

- a) A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão
- b) A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor
- c) Não corre a prescrição contra os ausentes do País em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios
- d) Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva
- e) Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for divisível

78) A respeito da capacidade processual e dos deveres das partes e de seus procuradores no Código de Processo Civil, analise as afirmativas a seguir e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () Toda pessoa que se encontre no exercício de seus direitos tem capacidade para estar em juízo.
- () A curatela especial será exercida pelo Ministério Público, nos termos da lei.
- () O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de comunhão universal de bens.
- () São deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo, entre outras obrigações, declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereço residencial ou profissional onde receberão intimações, atualizando essa informação sempre que ocorrer qualquer modificação temporária ou definitiva.
- () O representante judicial da parte pode ser compelido a cumprir decisão em seu lugar.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - F - F - V - F
- b) V - V - F - V - V
- c) F - F - F - V - F
- d) V - F - V - V - F
- e) F - V - V - F - F

79) O código de Processo Civil determina, em seu artigo 42, que “as causas cíveis serão processadas e decididas pelo juiz nos limites de sua competência, ressalvado às partes o direito de instituir juízo arbitral, na forma da lei”. A respeito deste tema e em consonância com o texto legal mencionado, analise as afirmativas abaixo.

- I. É irrelevante para determinação da competência a modificação de direito que altere a competência absoluta ocorrida após o registro ou distribuição da petição inicial.
- II. Tramitando perante vara cível do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) ação de acidente de trabalho em que é parte o Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás (CREMEGO), serão os autos remetidos ao juízo federal competente.
- III. A ação em que o incapaz for réu será proposta no foro de domicílio de seu representante ou assistente.
- IV. É competente o foro de domicílio do autor ou do local do fato, para a ação de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, inclusive aeronaves.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- b) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas
- c) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas
- d) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
- e) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas

80) A respeito do litisconsórcio e da intervenção de terceiros no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) É de quinze dias o prazo para o autor requerer a citação de todos os litisconsortes após determinação do juiz nos casos de litisconsórcio passivo necessário, sob pena de extinção do processo
- b) Quando a eficácia da sentença depender de da citação de todos os que devam ser litisconsortes, o litisconsórcio será unitário
- c) Quando o número de litigantes comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou futuro cumprimento da sentença, o juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo, providência esta cabível apenas na fase de conhecimento
- d) A assistência do terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma das partes do processo será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição
- e) Se qualquer parte alegar que falta ao requerente interesse jurídico para intervir, o juiz suspenderá o processo até posterior decisão do incidente

QUESTÃO DISCURSIVA

De acordo com a Lei nº 20.694 de 26 de dezembro de 2019, que dispõe sobre normas gerais para o Licenciamento Ambiental do Estado de Goiás, dentre outros assuntos, e o Decreto nº 9.710 de 2020 que a regulamenta, responda as seguintes questões:

- a) Cite 2 (dois) princípios do licenciamento ambiental explicitamente contidos na Lei estadual nº 20.694/2019, explicando seus conceitos.
- b) O que é “Termo de Compromisso Ambiental” e qual a sua função, nos termos da Lei estadual nº 20.694/2019?
- c) Cite 2 (dois) exemplos de atividades ou empreendimentos que não estão sujeitos ao licenciamento ambiental, nos termos da Lei estadual nº 20.694/2019 e Decreto estadual nº 9.710/2020.

Transcreva a redação de no mínimo 20 linhas e no máximo 40 linhas, com caneta azul ou preta, para a folha de respostas.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	